



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### **Ata da 287ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**

**Data:** 22 a 24/07/2020

**Local:** Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 De vinte e dois a vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte realizou-se 287ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a  
3 Coordenação da Conselheira Titular Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do CONANDA e  
4 Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Estiveram presentes os seguintes  
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiros (as) do Governo: Conselheira Titular Petrucia  
6 de Melo Andrade, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
7 Conselheiro Suplente Jarbas Luiz Lopes de Aragão, Representante da Secretaria Nacional de  
8 Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Conselheiro Suplente Cláudio Luiz Pinheiro da Silva,  
9 Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular  
10 Débora Antônia Lobato Cândido, Representante do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro  
11 Titular Luiz Eduardo Rodrigues Alves, Representante da Casa Civil; Conselheira Titular Ana  
12 Angélica Campelo de Albuquerque e Melo, Representante da Secretaria Especial do  
13 Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Débora Nogueira  
14 Beserra, Representante da Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia; Conselheiro  
15 Titular Rafael Lopes de Castro, Representante da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de  
16 Previdência e Trabalho; Conselheiro Suplente Matheus Moreira e Silva Aracoeli, Representante do  
17 Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Suplente Eduardo Araujo Nepomuceno,  
18 Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselheira Suplente Marcela Siqueira  
19 Rolim, Representante da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da  
20 Cidadania; Conselheira Titular Débora da Silva Azevedo, Representante da Secretária Especial da  
21 Cultura do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Janine Selva Ginani, Representante do

22 Ministério da Saúde; Conselheiro Titular Esequiel Roque do Espírito Santo, Representante da  
23 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Conselheira Suplente Mariléia  
24 Silva Paula, Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.  
25 Conselheiros (as) Sociedade Civil: Conselheira Titular Catarina de Santana Silva, Representante da  
26 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Suplente Renato Cesar Ribeiro Bonfim,  
27 Representante da Casa da Cultura Ilê Asé D’Osoguâ (CCIAO); Conselheiro Titular Edmundo  
28 Ribeiro Kroger, Representante do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP); Conselheiro  
29 Suplente Agnaldo Engel Knevez, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS);  
30 Conselheiro Titular Antônio Lacerda Souto, Representante da Confederação Nacional dos  
31 Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselheira Titular Edna Aparecida Alegro, Federação  
32 Nacional das Associações Pestalozzi; Conselheira Titular Ariadyne Pereira Acunha, Representante  
33 da Associação Internacional Maylé Sara Kali; Conselheira Titular Regina Coeli Calil Lustoza Leão,  
34 Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Conselheiro Titular Marco  
35 Antônio Soares, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conselheira Titular  
36 Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, Representante de Assessoria Jurídica as Organizações  
37 Populares (GAJOP); Conselheiro Suplente Patrick James Reason, Representante do Movimento Pro  
38 Convivência Familiar e Comunitária; Conselheiro Suplente Adriano de Holanda Ribeiro,  
39 Representante da Associação Nacional Não é de Rua; Conselheira Suplente Glicia Thaís Salmeron  
40 de Miranda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselheiro  
41 Titular Vitor Benez Pegler, Representante do Instituto Vida São Paulo; Conselheira Titular Aline  
42 Silva Flores, Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços (ACM);  
43 Conselheira Titular Tatiane Augusto Furtado Gomes, Representante da Inspetoria São João Bosco;  
44 Conselheira Suplente Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança  
45 e do Adolescente; Conselheiro Suplente Antônio Jorge dos Santos, Federação Brasileira de  
46 Associações Socioeducativas de Adolescentes (FEBRAEDA). Ausências Justificadas: Conselheira  
47 Titular Raquel Tavares Vieira Jhon, Representante do Ministério da Educação; Conselheira  
48 Suplente Luciana Moraes Nascimento, Representante do Ministério da Educação; Conselheira  
49 Titular Thais Nascimento Dantas, Representante do Instituto Alana. **ABERTURA 22/07/2020:** A  
50 Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Presidente do CONANDA e Representante do Conselho  
51 Federal de Psicologia (CFP), iniciou a reunião cumprimentando após a verificação do quórum e  
52 informou que a pauta está composta pelos seguintes itens: Dia 22/07/2020: Abertura e Aprovação

53 da Pauta; Informes da Secretaria-Executiva e da Presidência; Relato da Comissão de Direitos  
54 Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP); Relato da Comissão de Mobilização e Formação (CMF);  
55 Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do  
56 Adolescente; Encaminhamentos. Dia 23/07/2020: Relato da Comissão de Políticas Públicas (CPP);  
57 Discussão sobre o tema “Acolhimento de Adolescentes em Comunidades Terapêuticas”; Relato da  
58 Comissão de Orçamento e Finanças (COF); Encaminhamentos; e Encerramento. Colocando a pauta  
59 para apreciação, a Conselheira Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, Representante de  
60 Assessoria Jurídica as Organizações Populares (GAJOP), questionou sobre a possibilidade de  
61 incluir a leitura da nota pública dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
62 A Presidente Iolete Ribeiro da Silva esclareceu que essa questão será tratada nos informes e a  
63 Conselheira Débora Antônia Lobato Cândido, Representante do Ministério das Relações Exteriores,  
64 indagou se a carta em defesa do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de  
65 Profissionais da Educação (FUNDEB) será trabalhada na pauta. A Presidente Iolete Ribeiro da  
66 Silva explicou que receberam uma demanda do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros  
67 Tutelares (FCNCT) para assinatura de uma carta conjunta em defesa do FUNDEB, ponderando que  
68 gostaria de incluí-la na pauta após os informes para apreciação do plenário e não havendo mais  
69 nenhum comentário, a pauta foi aprovada por unanimidade. Deu as boas-vindas aos representantes  
70 dos adolescentes que estão participando da reunião e registrou a importância de contar com a  
71 presença dos integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) nas assembleias do  
72 CONANDA, salientando que essa participação será implantada em outros espaços. A Conselheira  
73 Regina Coeli Calil Lustoza Leão, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
74 (CNBB), agradeceu o apoio de todos e desejou as boas-vindas aos adolescentes. Discorreu que  
75 todos têm se debruçado enquanto conselheiros para que essa participação tenha legitimidade,  
76 esclarecendo que a posse dos adolescentes e o lançamento da Plataforma CPA serão realizados após  
77 a assinatura da carta acordo. Realizada uma breve apresentação dos adolescentes presentes, a  
78 Conselheira Edna Aparecida Alegro, Federação Nacional das Associações Pestalozzi, solicitou a  
79 inclusão da Sra. Daniela no CPA que é uma assistente social que dá apoio ao Sr. Luciano e ao Sr.  
80 Matheus que possuem deficiência intelectual. Seguindo para os informes da Presidência, a  
81 Presidente Iolete Ribeiro da Silva informou sobre a retirada do ar do Portal dos Direitos da Criança  
82 e do Adolescente devido à elaboração de um novo plano digital pelo MMFDH. Salientou que essa  
83 medida foi tomada sem qualquer diálogo com o CONANDA e trouxe vários prejuízos às pessoas

84 que acessam essas informações, uma vez que o *site* institucional do Conselho não possui  
85 informações atualizadas. O Sr. Marcos Vinicius, Representante da Coordenação-Geral da  
86 Tecnologia da Informação, explanou sobre o processo de unificação dos canais digitais do governo  
87 federal através do portal gov.br instituído através do Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019. A  
88 Presidente Iolete Ribeiro da Silva observou que não houve a migração das informações do Portal  
89 dos Direitos da Criança e do Adolescente para novo portal, destacando que essa situação é muito  
90 grave. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger, Representante do Centro de Educação e Cultura  
91 Popular (CECUP), sugeriu que esse informe fosse transformado em um item de pauta por se tratar  
92 de uma ação totalitária, salientando que o CONANDA é um órgão de estado e o Ministério não  
93 possui o poder de tomar essa decisão. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva propôs que a sugestão de  
94 inclusão de item de pauta seja deliberada para o dia 23 de julho para melhor preparação e a  
95 Conselheira Regina Coeli Calil Lustoza Leão externou a sua indignação pelo fato de não ter sido  
96 realizado nenhum tipo de comunicação com o CONANDA, sugerindo elaborar um posicionamento  
97 jurídico das consequências da retirada do portal. O Sr. Vitor Cardoso Alves, Representante do CPA,  
98 postulou que a retirada do portal dificulta aos adolescentes terem acesso às informações e a  
99 Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em votação a inclusão da discussão sobre o Portal dos  
100 Direitos da Criança e do Adolescente na pauta, a qual foi aprovada por unanimidade. Continuando  
101 os informes, relatou que realizou uma requisição de transmissão ao vivo das assembleias do  
102 CONANDA para dá conhecimento das ações realizadas à sociedade, porém, registrou que ainda não  
103 foi respondida. Notificou que o CONANDA recebeu uma nota pública dos Conselhos Estaduais dos  
104 Direitos da Criança e do Adolescente de repúdio a postura da Secretaria Nacional dos Direitos da  
105 Criança e do Adolescente (SNDCA) do MMFDH na realização do Fórum Nacional para Proteção  
106 de Crianças e de Adolescentes sem a construção e a participação do CONANDA, realizando a sua  
107 leitura. Acrescentou que recebeu um convite para participar da abertura do Fórum Nacional para  
108 Proteção de Crianças e de Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual no Contexto de Pornografia  
109 na *Internet*, no dia 29 e 30 de julho, virtualmente. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger arrazoou  
110 que elaborou uma manifestação pública sobre a realização desse evento questionando a fato de não  
111 ter convidado as entidades da sociedade civil que lidam com o tema, entendendo que a presença da  
112 Presidente não significa que o CONANDA é autor do evento. A Conselheira Deila do Nascimento  
113 Martins Cavalcanti observou que a programação do evento traz a apresentação de um mapeamento  
114 fruto de um projeto financiado com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) que deve

115 passar pela aprovação do CONANDA. Entendeu que é necessário lembrar que a construção deve  
116 ser coletiva e afirmou que a sociedade civil repudia qualquer tipo de ato que não considere a  
117 paridade e a democracia participativa. Convidou a todos os conselheiros do CONANDA para  
118 participar de uma audiência pública com a presença do Ministro Humberto Martins que será  
119 realizada nesse dia. O Conselheiro Renato Cesar Ribeiro Bonfim, Representante da Casa da Cultura  
120 Ilê Asé D’Osogua (CCIAO), externou a sua insatisfação diante os fatos colocados na nota pública e  
121 a sua preocupação com as articulações realizadas pelo governo federal sem a participação do  
122 CONANDA. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva salientou que muitas vezes o governo federal tem  
123 falado em nome do CONANDA sem deliberação dos conselheiros e a Conselheira Regina Coeli  
124 Calil Lustoza Leão lembrou que não é a primeira vez que esse tipo de atitude é tomada, entendendo  
125 que é salutar colocar as coisas nos seus devidos lugares seguindo o Regimento Interno. A  
126 Conselheira Petrucia de Melo Andrade, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da  
127 Criança e do Adolescente, ilustrou que a SNDCA continuou o seu planejamento durante o período  
128 de não funcionamento do CONANDA e afirmou que reconhecem a importância do trabalho em  
129 conjunto para fortalecimento do Conselho. Passando para os informes da Secretaria-Executiva, a  
130 Sra. Rosângela Paulino, Secretária-Executiva do CONANDA, notificou que a Presidente participou  
131 dos seguintes eventos: debate sobre a Promoção da Saúde e Escola na TV Rede Unida no dia 25 de  
132 junho de 2020; debate sobre Proteção Integral e Monitoramento Social na UNESP no dia 27 de  
133 junho de 2020; entrevista no canal da Fundação Osório Cruz no dia 15 de julho de 2020; entrevista  
134 sobre a I Semana dos Direitos da Criança e do Adolescente LGTQI no dia 20 de julho de 2020;  
135 evento digital na SNDCA sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no dia 9  
136 de julho de 2020; audiência pública sobre os 30 anos do ECA no dia 21 de julho de 2020.  
137 Acrescentou que o Conselheiro Antônio Lacerda Souto participou do debate sobre os 30 anos do  
138 ECA na Assembleia Legislativa do estado de Goiás no dia 13 de julho de 2020 e de entrevista para  
139 o canal Futura sobre o papel dos pais agricultores frente ao trabalho infantil no dia 1º de julho de  
140 2020. Discorreu que a Conselheira Deila do Nascimento Martins Cavalcanti participará de uma  
141 videoconferência sobre saúde mental nos sistemas socioeducativo no dia 23 de julho de 2020.  
142 Relatou que os ofícios recebidos entre o período de 1º de janeiro de 2020 e julho de 2020 foram  
143 encaminhados por *e-mail*. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger complementou que participou  
144 da reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná juntamente  
145 com a Conselheira Thais Nascimento Dantas. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade solicitou

146 que fosse registrada o nome dos conselheiros governamentais que estão participando em eventos  
147 externos representando o CONANDA. Seguindo para a Carta Conjunta do CONADA e do FCNCT  
148 em defesa do FUNDEB, realizou-se a sua leitura e a Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou-a  
149 em votação, sendo aprovada por unanimidade. Iniciando os relatos das Comissões, sugeriu realizar  
150 uma inversão de pauta iniciando os relatos com a Comissão da Organizadora da 11ª Conferência  
151 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em função da existência de convidados para  
152 apreciação desse item, o que foi aprovado. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto iniciou o relato da  
153 reunião Comissão da Organizadora da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do  
154 Adolescente destacando avanço do Coronavírus no Brasil e explicando que será realizado uma  
155 explanação sobre a situação atual do processo conferencial nos estados pela Sra. Bel e sobre o  
156 cenário relacionado à conferência nacional pela Sra. Cátia, para que posteriormente seja realizado o  
157 efetivo relato da comissão pela Conselheira Petrucia de Melo Andrade. A Sra. Bel, Representante  
158 da FLACSO, cumprimentou a todos e elucidou que foram realizadas 21 conferências estaduais,  
159 sendo que apenas os estados de Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e  
160 São Paulo ainda não realizaram as suas conferências e estão considerando a possibilidade de  
161 realizá-las virtualmente. Destacou que o estado de Santa Catarina encaminhou um ofício ao  
162 CONANDA solicitando o adiamento das etapas estaduais e da nacional devido ao  
163 comprometimento da *internet* no estado por causa do ciclone que o atingiu. Arrazoou que, dos 21  
164 estados que realizaram as suas conferências, 14 estados já mobilizaram os seus delegados e sete  
165 estariam retomando a mobilização e salientou que a maioria dos delegados possui a expectativa de  
166 que a conferência nacional seja realizada presencialmente, porém, todos têm preocupações com  
167 relação à situação da pandemia da COVID-19. Explicou sobre o orçamento para envio das  
168 delegações; condição atual da representação dos delegados eleitos; levantamento oficial dos estados  
169 AC, AM, AP, BA, ES, GO, MS, RR, RS e TO; relatórios de propostas enviados (20 relatórios – 425  
170 propostas até o momento); e processo de sistematização das propostas (prazos necessários para  
171 sistematização, organização do caderno e diagramação, garantindo acessibilidade). A Sra. Cátia  
172 cumprimentou a todos e realizou a apresentação dos cenários de realização da conferência nacional,  
173 expondo breves questões sobre as possibilidades para a sua realização e destacando o número de  
174 participantes, a infraestrutura necessária e a metodologia a ser utilizando no modelo presencial e  
175 virtual. Ponderou que é necessário definir os seguintes encaminhamentos: 1. Data e modalidade da  
176 Conferência Nacional; 2. Prazo para realização das etapas estaduais; 3. Definição da composição

177 dos(as) integrantes das subcomissões e agenda de reuniões; 4. Participação dos(as) delegados(as)  
178 que não estão na mesma representação; 5. Definição dos(as) delegados(as) natos(os),  
179 convidados(as) e observadores(as). A Conselheira Petrucia de Melo Andrade relatou que foram  
180 debatidos os seguintes itens na reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional  
181 para a assembleia do CONANDA: Item 1. Conferência Nacional: definição da data e modalidade.  
182 Encaminhamento: 1. Recomenda à assembleia que a conferência seja realizada virtual; 2.  
183 Recomenda ainda que a Subcomissão de Metodologia elabore uma proposta de metodológica com  
184 um cronograma que se adeque a utilização de plataformas virtuais e que o prazo da plenária final de  
185 aprovação das propostas e das moções seja em dezembro de 2020. Item 2. Discussão sobre  
186 participantes da conferência. Encaminhamentos: 1. Apoio da FLACSO para elaboração do  
187 Regimento Interno da etapa nacional. Lembrando que de acordo com Documento Orientador o  
188 Regimento Interno deve ser colocado em consulta pública; 2. Definição dos delegados natos,  
189 convidados e observadores – A definição do número de delegados deverá ser proposto pela  
190 Comissão Organizadora Nacional no momento da elaboração do Regimento Interno da Etapa  
191 Nacional; 3. Participação dos delegados que não estão mais na mesma representação pela qual  
192 foram eleitos: A proposta é de se construir uma recomendação aos conselhos estaduais, delegando a  
193 eles autonomia para decidirem sobre essa situação. Item 3. Proposta da FLACSO para realização  
194 das etapas estaduais que ainda não realizaram as conferências. Encaminhamento: Pelas  
195 circunstâncias atuais e pela necessidade do documento final estar disponível com antecedência para  
196 o debate nas plenárias de eixos nos estados, o prazo final para a realização das conferências  
197 estaduais que estão faltando será até o dia 15 de outubro e a chegada dos relatórios na FLACSO  
198 será dia 20 de outubro de 2020. Item 4. Proposta de composição das subcomissões e ajustes na  
199 Comissão Organizadora Nacional. Encaminhamentos: 1. Metodologia e Relatoria – Sociedade  
200 Civil: Glicia e Delia; 2. Infraestrutura e Logística – Sociedade Civil: Marco e Edmundo; 3.  
201 Articulação e Mobilização Nacional – Sociedade Civil: Regina e Ariadne; 4. Comunicação –  
202 Sociedade Civil: Antônio Jorge e Aline Flores; 5. Coordenadoria e Relatoria: Sociedade Civil:  
203 Lacerda, Governo: Petrucia; 6. CPA – Sociedade Civil: quatro adolescentes. Analisando a  
204 Resolução nº 193 de 13 de julho de 2017, percebe-se que a mesma está defasada e propõe a sua  
205 atualização ampliando o número de participantes da sociedade civil e do governo para cinco e  
206 quatro para os adolescentes do CPA. Item 5. A FLACSO apresentará calendários para as reuniões  
207 das subcomissões: Encaminhamentos: 1. Metodologia e Relatoria – 27 de julho às 16h00; 2.

208 Infraestrutura e Logística – 29 de julho às 16h00; 3. Articulação e Mobilização Nacional – 4 de  
209 agosto às 16h00; 5. Comunicação – 6 de agosto às 16h00. Item 6. Convocação da 11ª Conferência  
210 Nacional. Encaminhamento: A 11ª CNDCA já foi convocada, inclusive já acontecendo, todas as  
211 municipais já foram realizadas e a grande maioria das estaduais. A Secretaria deve apresentar ao  
212 CONANDA o documento oficial que justifique essa publicação, pois todas as conferências DCA  
213 foram convocadas pelo Conselho por meio de resolução (Exceto a X Conferência, porque foi  
214 realizada em conjunto com outras conferências nacionais). Passando para deliberação dos  
215 encaminhamentos, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva abriu para manifestações em relação ao Item  
216 1 e não havendo, colocou em regime de votação os dois encaminhamentos propostos, os quais  
217 foram aprovados por unanimidade. Seguindo, abriu para manifestações em relação ao Item 2 e não  
218 havendo, colocou em regime de votação os três encaminhamentos propostos, os quais foram  
219 aprovadas por unanimidade. Com relação ao Item 3, colocou em regime de votação os dois  
220 encaminhamentos propostos, os quais também foram aprovados por unanimidade. Seguindo para o  
221 Item 4, foram realizadas as discussões necessárias e colocou em regime de votação a proposta de  
222 composição das subcomissões e de ajuste na Comissão Organizadora, as quais foram aprovadas por  
223 unanimidade. Colocou em regime de votação a inclusão de um representante do CPA na  
224 Subcomissão de Coordenadoria e Relatoria, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando ao Item  
225 5, a Sra. Bel sugeriu que as datas sugeridas ficassem como indicativo para que sejam discutidas  
226 dentro das subcomissões já com a sua composição completa e a Presidente Iolete Ribeiro da Silva  
227 questionou a Comissão Organizadora sobre a possibilidade de fazer essa alteração no  
228 encaminhamento. Colocado o entendimento que seria importante que cada subcomissão definisse  
229 uma coordenação para melhorar a comunicação, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva solicitou que a  
230 Secretaria-Executiva realizasse o registro no relatório de que o calendário é uma sugestão e que  
231 cada subcomissão deve eleger um coordenador. Acrescentado que as subcomissões podem receber  
232 convidados quando necessário, sugeriu-se registrar também essa questão no relato. A Presidente  
233 Iolete Ribeiro da Silva colocou em regime de votação a proposta de calendário com as observações  
234 inseridas, a qual foi aprovada por unanimidade. Com relação ao Item 6, o Conselheiro Antônio  
235 Lacerda Souto discorreu que já existe o entendimento de que a conferência nacional já foi  
236 convocada e há a necessidade da SNDCA apresentar um documento oficial que justifique a  
237 publicação. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade explanou que esse ato normativo é para trazer  
238 maior segurança, o que não desconsiderará nenhuma publicação e decisão já tomada. O Conselheiro

239 Luiz Eduardo Rodrigues Alves, Representante da Casa Civil, explicou que a determinação de  
240 publicação de decreto presidencial convocando as conferências é uma orientação da Subchefia de  
241 Assuntos Jurídicos da Secretaria Geral da Presidência. Realizadas algumas manifestações, a  
242 Presidente Iolete Ribeiro da Silva sugeriu substituir o texto do Item 6., inserindo a seguinte redação  
243 “*O CONANDA convocou a 11ª CNDCA por meio da Resolução nº 202/2018 estando no momento*  
244 *na realização na etapa final com encerramento em dezembro de 2020*”, o que foi aprovado com  
245 uma abstenção. Finalizada a deliberação dos encaminhamentos, colocou em regime de votação o  
246 relato da reunião da Comissão Organizadora da 11ª CNDCA, o qual foi aprovado. O Conselheiro  
247 Edmundo Ribeiro Kroger sugeriu que a COF se reunisse às 16h00 de hoje para analisar os textos  
248 que foram introduzidos e houve a proposta de realizar essa reunião as 17h00, o que foi aprovado.  
249 **ENCERRAMENTO 22/07/2020:** A Presidente Iolete Ribeiro da Silva agradeceu a presença de  
250 todos e encerrou o primeiro dia da 287ª Reunião Ordinária do CONANDA. **ABERTURA**  
251 **23/07/2020:** A Presidente Iolete Ribeiro da Silva iniciou o segundo dia de reunião cumprimentando  
252 a todos após a verificação do quórum e informou que será convocada uma reunião extraordinária  
253 para o dia 24 de julho de 2020, uma vez que não será possível trabalhar todos os itens de pauta.  
254 Discorreu que o Conselheiro Antônio Lacerda Souto solicitou que fosse retomado um ponto que  
255 ficou fora do relato da Comissão Organizadora da 11ª CNDCA, questionando sobre a possibilidade  
256 de apresentação desse ponto antes de prosseguir para o relato da CPP. O Conselheiro Antônio  
257 Lacerda Souto ponderou que a carta acordo com a FLACSO foi elaborada tendo com base a  
258 realização de uma conferência presencial, entendendo que existe a necessidade de fazer alguns  
259 ajustes tendo em vista a aprovação da sua realização na modalidade virtual. Sugeriu incluir essa  
260 questão como um encaminhamento. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva solicitou que a questão  
261 seja registrada no relato da Comissão Organizadora, o que foi aprovado. Passando para o relato da  
262 reunião da Comissão de Políticas Públicas (CPP) realizada no dia 16 de julho de 2020, a  
263 Conselheira Tatiane Augusto Furtado Gomes, Representante da Inspeção São João Bosco  
264 Salesianos, relatou que a Comissão debateu sobre os seguintes itens de pauta: Item 1. Ações  
265 desenvolvidas pelo Ministério da Educação durante o período de pandemia. Não houve a presença  
266 de nenhum representante do Ministério da Educação em duas reuniões consecutivas, o que trouxe  
267 grande preocupação à Comissão. Encaminhamento: Elaboração de ofício ao Ministério da Educação  
268 solicitando as informações das ações desenvolvidas durante o período de pandemia na próxima  
269 reunião. Item 2. Convocação de convidados da Secretaria Especial de Trabalho para tratar de alguns

270 fatores relacionados à aprendizagem profissional. Encaminhamentos: 1. Realização de quatro  
271 reuniões da CPP com a participação da Secretaria Especial de Trabalho para discutir os pontos que  
272 estão sendo pensando para a aprendizagem profissional; 2. Encaminhamento de ofício para a  
273 Secretaria de Políticas Públicas da Secretaria Especial de Trabalho solicitando informações sobre  
274 como está sendo pensada a reestruturação dos Fóruns Nacionais de Aprendizagem Profissional; 3.  
275 Propor a realização de um seminário de aprendizagem profissional em novembro de 2020. Passando  
276 para deliberação dos encaminhamentos, a Sra. Raquel informou que os representantes do Ministério  
277 da Educação justificaram que não poderiam participar das reuniões no mês de julho devido à  
278 transição e o Conselheiro Luiz Eduardo Rodrigues Alves discorreu que o Conselho Nacional de  
279 Educação já publicou os Pareceres nº 5 e 11 tratando sobre orientações para as instituições de  
280 ensino de como proceder à volta as aulas, porém, observou que os sistemas de ensino possuem  
281 autonomia para decidir sobre a melhor forma de voltar às atividades. Acrescentou que está sendo  
282 votada a Medida Provisória nº 964 no Senado Federal que trata do mesmo assunto. A Conselheira  
283 Tatiane Augusto Furtado Gomes explicou que a questão colocada pela CPP não se refere à volta  
284 das aulas, mas como estão ocorrendo às aulas no período de pandemia. Conselheiro Luiz Eduardo  
285 Rodrigues Alves entendeu que a forma de realização das aulas não é uma competência do governo  
286 federal, uma vez que cada sistema de ensino possui a sua própria autonomia. A Conselheira Tatiane  
287 Augusto Furtado Gomes ponderou que o Ministério da Educação monitora esses dados mesmo  
288 existindo essa autonomia. O Conselheiro Marco Antônio Soares, Representante da Central Única  
289 dos Trabalhadores (CUT), concordou com a sugestão de elaborar um ofício cobrando a presença  
290 dos representantes do Ministério da Educação, visto que não estão frequentando as reuniões do  
291 Conselho. O Conselheiro Renato Cesar Ribeiro Bonfim enfatizou a necessidade de encontrar uma  
292 solução uma vez que os convites não estão funcionando. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva  
293 colocou em regime de votação o encaminhamento de elaboração de ofício ao Ministério da  
294 Educação solicitando as informações das ações desenvolvidas na próxima reunião, o qual foi  
295 aprovado por unanimidade. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto sugeriu incluir no debate sobre a  
296 aprendizagem profissional os fóruns do campo para que sejam consideradas as especificidades dos  
297 adolescentes que moram nessa localidade. Observou que o maior problema do campo é a sucessão,  
298 visto que a maioria dos jovens são atraídos para as cidades. A Conselheira Regina Coeli Calil  
299 Lustoza Leão acrescentou que a CDHAP solicitou o levantamento das unidades socioeducativas na  
300 última reunião, destacando que foi disponibilizado um artigo tratando do tráfico de drogas como

301 uma das piores formas de trabalho infantil. Sugeriu que fosse pensando nessa questão na realização  
302 das reuniões e do seminário, visto que a aprendizagem é muito importante na perspectiva dos  
303 adolescentes alcançar outras oportunidades. A Conselheira Edna Aparecida Alegro registrou que é  
304 salutar convidar organizações relacionadas às pessoas com deficiência para tratar desse assunto e o  
305 Conselheiro Renato Cesar Ribeiro Bonfim manifestou que estão há bastante tempo sem nenhuma  
306 explicação plausível sobre a reconstrução do fórum de aprendizagem no Brasil e solicitou que seja  
307 dada maior atenção aos excluídos a fim de que possam avançar nessa política. A Presidente Iolete  
308 Ribeiro da Silva colocou em regime de votação os encaminhamentos do Item 2, os quais foram  
309 aprovados por unanimidade. Havendo a aprovação dos dois itens apresentados pela Comissão,  
310 considerou-se o relato da CPP aprovado por unanimidade. Seguindo para discussão sobre o tema  
311 “Acolhimento de Adolescentes em Comunidades Terapêuticas”, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva  
312 ponderou que esse tema foi tratado na reunião da CDHAP, sugerindo que esse item seja apreciado  
313 no momento do seu relato e fosse iniciado o relato da COF, o que foi aprovado. O Conselheiro  
314 Edmundo Ribeiro Kroger informou que as áreas e as comissões ainda não enviaram as suas  
315 propostas para compor a proposta orçamentária, propondo que o relato da COF seja realizado na  
316 reunião extraordinária. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade informou que o prazo limite de  
317 apresentação do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2021 é hoje, sugerindo votá-lo nesse  
318 momento e concluir o restante do relato na reunião extraordinária, o que foi aprovado. A Presidente  
319 Iolete Ribeiro da Silva lembrou que foi aprovado o GT de Revisão do Plano Nacional de  
320 Enfrentamento à Violência Sexual em maio de 2020 e até o momento não foi publicada a resolução  
321 de instituição desse GT, salientando a necessidade de iniciar os trabalhos para não comprometê-lo.  
322 Apresentada a planilha da PLOA 2021 do FNDCA com o limite de R\$ 4.300.000,00, foram  
323 explicadas detalhadamente cada ação e sanadas as principais dúvidas. Realizadas manifestações  
324 sobre a inserção de dados no FormSUS, a Sra. Rosângela Paulino informou que entraram em  
325 contato com a Receita Federal e a Sra. Valéria, que tem acompanhamento o cadastramento,  
326 disponibilizou-se para realizar uma capacitação para os gestores municipais sobre o FormSUS. A  
327 Sra. Cleide Constantino afirmou que o sistema FormSUS já utilizado de acordo com as  
328 especificações da lei e destacou que o maior problema nesse momento é segurança dessas  
329 informações. Verificado a existência de quórum qualificado, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva  
330 colocou em regime de votação a PLOA 2021 do FNDCA, a qual foi aprovada. Feita a leitura da  
331 Declaração de voto do CONANDA ao PLOA 2021 – Orçamento do Fundo Nacional da Criança, o

332 Conselheiro Luiz Eduardo Rodrigues Alves questionou se existem projetos para execução que  
333 servem de argumento para solicitar R\$ 100.000.000,00 ao relator do orçamento e a Presidente Iolete  
334 Ribeiro da Silva explicou que já foi discutido anterior a utilização desse recursos, afirmando que  
335 existem propostas voltadas para o período de pandemia, propostas para o retorno das atividades  
336 presenciais e ações para alguns grupos específicos. Não havendo mais nenhuma manifestação,  
337 colocou em regime de votação a declaração de voto apresentada, a qual foi aprovada por  
338 unanimidade. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger propôs que a declaração de voto seja  
339 encaminhada a todos os deputados e senadores, ao Ministério da Economia, ao Ministério Público,  
340 ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aos demais indicados pelo CONANDA. A  
341 Presidente Iolete Ribeiro da Silva propôs encaminhar também aos conselhos estaduais, à Central de  
342 Movimentos Populares (CMP), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à Frente Parlamentar da  
343 Criança e da Primeira Infância, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e aos conselhos  
344 profissionais. O Conselheiro Marco Antônio Soares entendeu que seria importante encaminhar  
345 também para os fóruns estaduais e Fórum Nacional de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.  
346 Passando ao relato da reunião da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) realizada no dia 16  
347 de julho de 2020, a Conselheira Débora da Silva Azevedo, Representante da Secretária Especial da  
348 Cultura do Ministério da Cidadania, relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
349 Definição da data da posse proposta na Mesa Diretora (21 de julho de 2020 às 09h00) se até essa  
350 data a carta acordo do CPA estiver assinada. Encaminhamentos: 1. Encaminhar as resoluções e  
351 deliberações do CPA quanto ao Grupo de *WhatsApp* e papel do consultor; 2. Encaminhar o plano de  
352 trabalho para os membros da CMF; 3. Buscar informações sobre o edital da consultora do CPA –  
353 Carlos Políticas temáticas esclarecerá na extraordinária até o dia 17/08; 4. Promover reunião  
354 urgente entre a Secretária Petrucia, Presidente Iolete e a Conselheira Regina para tratarem da  
355 cerimônia de posse dos adolescentes do CPA – Extraordinária dia 17/08 às 09h00; 5. Programação  
356 da posse dos adolescentes: a) posse simbólica dos adolescentes do CPA; b) mesa (um adolescente,  
357 um CMF e um governo); c) menção honrosa. Item 2. Momento com o Analista em Tecnologia da  
358 Informação do MMFDH (Marcus Vinicius): Apresentação da Plataforma. Item 3. Elaboração da  
359 uma recomendação sobre a prorrogação dos registros das entidades nos Conselhos Municipais dos  
360 Direitos da Criança e do Adolescente. Encaminhamento: 1. Encaminhar a elaboração já existente de  
361 uma recomendação sobre a prorrogação dos registros das entidades nos Conselhos Municipais dos  
362 Direitos da Criança e do Adolescente (Não existe essa recomendação feita). Item 4. Análise do

363 extrato do CPA e comunicação. A Conselheira Regina Coeli Calil Lustoza Leão teve que sair em  
364 caráter de urgência e esse item não foi discutido por falta de entendimento dos demais. A  
365 Conselheira Regina Coeli Calil Lustoza Leão complementou que estão fazendo reuniões com a  
366 participação dos adolescentes desde o trabalho sob o edital da consultoria da FLACSO e informou  
367 que foi realizada uma reunião convidando os 47 adolescentes do CPA para entender o processo  
368 vivenciado para implementação do CPA. Agradeceu a colaboração de todos que estão envolvidos  
369 na posse dos adolescentes e reconheceu a participação de todos os adolescentes na primeira  
370 chamada pública e na eleição para o CPA. Passando para deliberação dos encaminhamentos, a  
371 Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em regime votação os encaminhamentos do Item 1, os  
372 quais foram aprovados por unanimidade. Não havendo encaminhamentos no Item 2, a Conselheira  
373 Glicia Thaís Salmeron de Miranda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados  
374 do Brasil, informou que alguns conselhos municipais não estão se reunindo, sugerindo que o  
375 encaminhamento do Item 3 garanta a autonomia dos municípios e seja inserido itens que reforcem a  
376 necessidade do monitoramento dos registros das entidades. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger  
377 inferiu que a prorrogação dos registros das entidades deve ser realizada até o final da pandemia da  
378 COVID-19 e sugeriu que fosse discutido sobre o mandato dos conselheiros que estão finalizando.  
379 Realizadas todas as manifestações, consensou-se pela inclusão dos encaminhamentos de  
380 prorrogação dos mandatos dos conselhos de direitos e de realização de diagnóstico de como os  
381 CEDCAs realizam o registro das entidades e pela elaboração do texto de recomendação sobre a  
382 prorrogação dos registros e dos mandatos dos conselhos de direitos, que será lida e apreciada na  
383 reunião extraordinária de amanhã. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em regime de  
384 votação o relato da reunião da CMF, o qual foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da  
385 reunião da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) realizada no dia 16 de  
386 julho de 2020, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva entendeu que não conseguirão finalizar a  
387 apreciação desse relato, sugerindo encerrar o ponto de pauta que estiver em discussão no horário de  
388 finalização da reunião e continuar o restante na reunião de amanhã, o que foi aprovado. A  
389 Conselheira (Não Identificada) informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
390 Recomendação Conjunta contrária à regulamentação do acolhimento de adolescentes em  
391 comunidades terapêuticas. Item 2. Nota Pública pelos 30 anos do Estatuto da Criança e do  
392 Adolescente (ECA) – Ainda em construção. Item 3. Nota contrária ao retorno das atividades  
393 presenciais das escolas; Item 4. Projeto de Lei nº 3.428 de 2020, que propõe que pais cujos filhos

394 estão sem creche ou escola, em razão da pandemia, tenham direito a optar pelo trabalho remoto e  
395 (Thais Dantas) indicou apoio – É necessário avaliar com maiores detalhes esse PL. Item 5. Projeto  
396 de Lei nº 3.668 de 2020, sobre garantias a adolescentes em cumprimento de medidas  
397 socioeducativas no contexto e pandemia – Destaca que foi um texto construído a muitas mãos com  
398 o apoio das organizações da sociedade civil e (Thais Dantas) indicou apoio. Item 6. Projeto de Lei  
399 nº 3.114 de 2020, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às instituições de  
400 Acolhimento de Crianças e Adolescentes (IACA), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento  
401 da emergência de saúde pública (Thais Dantas sugere a indicação de aprimoramento do texto para  
402 reforço da competência do CONANDA na gestão do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente  
403 (FNCA) e impossibilidade de contingenciamento de recursos para infância e adolescência).  
404 Encaminhamento: Foi realizada reunião com a COF no dia 20/07 às 10h00. A Presidente Iolete  
405 Ribeiro da Silva acrescentou que receberam uma carta de denúncia e repúdio ao Conselho Nacional  
406 de Política sobre Drogas (CONAD) pela regulamentação do acolhimento de adolescentes em  
407 comunidades terapêuticas da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA),  
408 entendendo que seria interessante realizar a sua leitura para conhecimento dos conselheiros.  
409 Realizada a leitura da carta da RENILA, acrescentou que também recebeu uma nota técnica do  
410 Colegiado Nacional de Defensores Públicos Gerais com conteúdo muito próximo a carta da  
411 RENILA e dando ênfase à atribuição do CONANDA de elaboração de normas gerais da Política  
412 Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a  
413 encaminhar a todos os conselheiros. Realizada a leitura da proposta de Recomendação Conjunta  
414 Contrária ao Acolhimento de Adolescentes em Comunidades Terapêuticas do Conselho Nacional da  
415 Saúde (CNS), CONANDA e Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a Conselheira  
416 Glicia Thaís Salmeron de Miranda externou a sua preocupação com a divisão de entendimento entre  
417 os profissionais de psiquiatria, porém, destacou que a maioria é contrária ao retorno do acolhimento  
418 de adolescentes em comunidades terapêuticas. Compreendeu que, além da recomendação, é  
419 necessário que o CONANDA se posicione do ponto de vista jurídico, sugerindo oficialiar o Ministério  
420 Público Federal (MPF) e os órgãos da saúde. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade entendeu  
421 que também existe a necessidade de debruçar-se em ações efetivas através de uma política pública  
422 com os demais conselhos e a Conselheira Deila do Nascimento Martins Cavalcanti intuiu que o  
423 caminho é a ampliação do financiamento e do apoio aos equipamentos do Sistema Único de Saúde  
424 (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Presidente Iolete Ribeiro da Silva

425 referendou que as medidas de intervenção já são apontadas na proposta de recomendação e o  
426 Conselheiro Antônio Lacerda Souto discorreu que é necessário entender qual é o papel dos  
427 conselhos de direitos. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger propôs incluir um item para  
428 referendar a nota do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) e a carta da  
429 RENILA nessa recomendação, o que foi aprovado. Finalizadas as manifestações, a Presidente Iolete  
430 Ribeiro da Silva colocou em regime de votação a proposta da Recomendação Conjunta Contrária ao  
431 Acolhimento de Adolescentes em Comunidades Terapêuticas do Conselho Nacional da Saúde  
432 (CNS), CONANDA e Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com as alterações  
433 realizadas, a qual foi aprovada com seis votos contrários e uma abstenção. A Sra. Rosângela  
434 Paulinho registrou o seu agradecimento ao colaborador Carlos, que testou positivo para COVID-19  
435 e solicitou a colaboração do Conselho em relação à denúncia de que estava sendo descuidada com  
436 os colaboradores. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva desejou uma boa recuperação ao Sr. Carlos e  
437 o Conselheiro Luiz Eduardo Rodrigues Alves lembrou que haviam debatido sobre a possibilidade  
438 de enviar antecipadamente o conteúdo das discussões das comissões para análise e melhor debate, o  
439 que não aconteceu. A Sra. Cleide Constantino informou que compartilharam o relato da CDHAP  
440 para todos os conselheiros no dia 17/07. **ENCERRAMENTO 23/07/2020:** Não havendo tempo  
441 hábil para finalizar as discussões, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva finalizou o segundo dia da  
442 278ª Reunião Ordinária do CONANDA. **ABERTURA 24/07/2020 (EXTRAORDINÁRIA):** A  
443 Presidente Iolete Ribeiro da Silva iniciou o terceiro dia de reunião cumprimentando a todos após a  
444 verificação do quórum e solicitou que o Sr. Vitor Cardoso Alves realizasse o comunicado referente  
445 ao CPA para que possam entrar na pauta. O Sr. Vitor Cardoso Alves externou a satisfação dos  
446 representantes do CPA em participar pela primeira vez da reunião do CONANDA e informou que  
447 já deliberaram quais serão os adolescentes que comporão a Comissão Organizadora da 11ª  
448 Conferência Nacional. Destacou que o CPA não concorda com a realização da conferência nacional  
449 de forma virtual apesar de ter sido aprovado por unanimidade pelos conselheiros, pontuando o  
450 problema de acessibilidade e participação dos delegados adolescentes. A Presidente Iolete Ribeiro  
451 da Silva explanou que essa discussão será retomada em outros momentos, inclusive em relação à  
452 questão da acessibilidade, que é uma preocupação da Comissão Organizadora. Seguindo para o  
453 relato da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) no dia 16 de julho de 2020, o Sr.  
454 Sérgio Roberto da Silva, Secretaria-Executiva do CONANDA, realizou a leitura do relato a pedido  
455 da Conselheira Petrucia de Melo Andrade, salientando que foram debatidos os seguintes itens de

456 pauta: Item 1. Devolutiva da CONJUR/MMFDH sobre o fundo a fundo. Encaminhamentos: 1.  
457 Reiterar a solicitação, demonstrando urgência, pela exiguidade do tempo para execução na  
458 aplicação dos recursos e já encaminhado minuta de decreto (a iniciar); 2. Convocar reunião  
459 extraordinária da COF no dia 20/07 às 10h00 (realizado); 3. Recuperar texto do decreto que  
460 possibilita execução fundo a fundo, anexando-o à reiteração (parcial); 4. Remeter cópia da  
461 reiteração para o MMFDH e convidar os técnicos que ficaram de acompanhar as negociações para  
462 reunião extraordinária (Sr. Lucas da ASPAR – Confirmando). Item 2. PL 3.114/20 da Deputada  
463 Leandre (Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às instituições de Acolhimento  
464 de Crianças e Adolescentes (IACA), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da  
465 emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – transmissor  
466 da COVID-19). Encaminhamento: Formar grupo COF/CDHAP para analisar o PL, propondo novo  
467 texto e convidar o Sr. Ricardo e Sr. Anderson (OAB), Lucas do MMFDH – Urgente (A CDHAP  
468 confirmou participação na extraordinária bem como o Sr. Ricardo (OAB-PA)). Item 3. Processo de  
469 cadastramento dos fundos, avaliação do ano passado e correções para este ano período de  
470 cadastramento deve começar em agosto. Encaminhamentos: 1. A SNDCA já está desenvolvendo  
471 sistema *WEB*, possivelmente com *link* para o sistema da Receita Federal; 2. Verificar a  
472 possibilidade de contratar consultor via PRODOC, mesmo que tenha que usar recursos do fundo; 3.  
473 Realizar um *WEB* curso até final de agosto para ampliar parceria com demais fundos e capacitar  
474 gestores para evitar erros no preenchimento. Convidar representante da SRFB (Sra. Valéria da  
475 SRFB irá participar); 4. Convidar conselhos para ampliar parceira para produção da lista de fundos.  
476 Item 4. Publicação do Plano de Aplicação. Encaminhamento: Providenciar e publicar  
477 imediatamente o Plano de Aplicação. Item 5. PLOA 2021. Encaminhamentos: 1. A proposta de  
478 PLOA no valor de R\$ 4.300.000,00 é inaceitável, razão pela qual a COF propõe o valor total dos  
479 recursos existentes no FIA; 2. Incluir tal assunto, já com devolutivas da gestão, na extraordinária do  
480 dia 20. Item 6. Demandas enviadas pelas comissões permanentes do CONANDA. Item 7. Recursos  
481 da Conferência – Carta acordo FLACSO. Encaminhamento: Buscar nos arquivos da SNDCA as  
482 decisões sobre o tema e providenciar imediatamente os trâmites necessários para possibilitar a  
483 transferência em tempo de realizar a conferência em 2020 (parcial). Passando para o relato da  
484 reunião extraordinária da COF no dia 20 de julho de 2020, a Sra. Cleide Constantino discorreu que  
485 foram debatidos os seguintes itens: 1. PL 3.114/20 da Deputada Leandre (Dispõe sobre a prestação  
486 de auxílio financeiro pela União às instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes

487 (IACA), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de  
488 importância internacional decorrente do Coronavírus – transmissor da COVID-19).  
489 Encaminhamento: Enviar o texto para a CDHAP e COF para contribuições e posterior aprovação no  
490 plenário (realizado). Item 2. Proposta da PLOA 2021. Encaminhamento: Apresentar a PLOA 2021  
491 para o colegiado, com a declaração de voto acompanhando. Item 3. 11ª CNDCA. Encaminhamento:  
492 Governo apresentará proposta de decreto de convocação a 11ª Conferência Nacional na relatoria da  
493 Comissão Organizadora e documentos sobre o não cumprimento do repasse para a FLACSO.  
494 Realizada a leitura da Minuta de Substitutivo ao PL 3.144 de 2020, a Sra. Ana Cefali indagou o  
495 motivo de incluir apenas os conselhos estaduais tendo em vista que algumas entidades são  
496 vinculadas aos conselhos municipais. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger postulou que essa  
497 questão foi discutida na COF e houve o entendimento que os conselhos estaduais possuem a visão  
498 de todas as situações relacionadas às crianças e aos adolescentes com COVID-19. A Sra. Ana Cefali  
499 sugeriu que fosse inserido que os conselhos estaduais devem adotar procedimentos objetivos e  
500 simplificado para facilitar o acesso aos recursos. Externado o entendimento que a lei federal não  
501 deve condicionar o que cada conselho deve fazer, Sra. Ana Cefali explicou que essa sugestão seria  
502 para facilitar o diálogo com a gestão e trazer o item da Lei nº 13.019 de que a Administração  
503 Pública deve adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem e facilitem o  
504 acesso direto aos seus órgãos e instâncias. Após várias discussões sobre a questão, consensou-se em  
505 manter a redação da minuta. Não havendo mais discussões, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva  
506 colocou em regime de votação a Minuta de Substitutivo ao PL 3.144 de 2020, a qual foi aprovada  
507 por unanimidade. Passando para deliberação dos encaminhamentos da reunião do dia 16 de julho de  
508 2020, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva observou que os encaminhamentos dos Itens 1 e 2 já  
509 foram aprovados e colocou em regime votação os encaminhamentos do Item 3, a quais foram  
510 aprovados por unanimidade. Com relação ao Item 4, a Conselheira Petrucia de Melo Andrade  
511 relatou que já foram apresentadas as informações sobre a plataforma gov.br, destacando que os  
512 documentos estão sendo enviados de acordo com a prioridade. Realizada a leitura do Despacho nº  
513 121/2020/CPTDCA/CGTDCA/SNDCA/MMFDH de 21 de julho de 2020 sobre a execução da 11ª  
514 CNDCA por Agência Implementadora no âmbito da ACT em resposta ao Despacho nº  
515 158/2020/CONANDA/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH, esclareceu-se que a possibilidade de  
516 contratação direta da FLACSO deve estar de acordo com as regras atinentes ao procedimento  
517 licitatório, com base na Lei nº 8.666/93 e legislação correlata, porém, não compete a CGPT opinar

518 quanto o atendimento ou não dos critérios legais. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger levou  
519 para consideração dos conselheiros a proposta de que os serviços que não possam ser feitos pelas  
520 empresas de execução de eventos sejam repassados para a FLACSO. Destacou que ainda existe a  
521 necessidade de discutir o detalhamento do Plano de Aplicação para 2020. A Conselheira Petrucia de  
522 Melo Andrade ressaltou que é importante definir a data de realização da conferência nacional para  
523 encaminhar a minuta de edital de licitação para contratação da empresa de eventos, o que possibilita  
524 que a FLACSO participe do processo. O Conselheiro Marco Antônio Soares registrou que houve  
525 um grande desgaste imensurável desde 2018 em relação à contratação da FLACSO que poderia ter  
526 sido resolvido antecipadamente e sugeriu que fosse deliberado que a Secretaria realizasse todas as  
527 tratativas necessárias relacionadas à conferência. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade  
528 esclareceu que essa impossibilidade de contratação da FLACSO já foi alertada na Reunião  
529 Ordinária do CONANDA de maio de 2019. Finalizadas as manifestações, a Presidente Iolete  
530 Ribeiro da Silva colocou em regime votação os relatos das reuniões da COF, os quais foram  
531 aprovados por unanimidade. Retomando o relato da reunião da CDHAP, realizou-se a leitura da  
532 proposta de Nota Pública Alusiva aos 30 anos do ECA e Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger  
533 sugeriu a inclusão de um parágrafo tratando da garantia da democracia. Havendo dificuldade da  
534 realização da explanação Conselheira Glicia Thaís Salmeron de Miranda, a Presidente Iolete  
535 Ribeiro da Silva sugeriu passar a leitura do próximo item para posterior aprovação dessa nota, o que  
536 foi aprovado. Realizada a leitura da Nota Pública sobre a Reabertura das Escolas e a Proteção à  
537 Saúde e à Vida de Crianças e Adolescentes durante a Pandemia da COVID-19, a Presidente Iolete  
538 Ribeiro da Silva colocou-a em regime de votação com a correção apontada pela Conselheira Edna  
539 Aparecida Alegro, sendo aprovada por unanimidade. Aprovou-se o encaminhamento da nota  
540 pública para a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Sindicato e Confederação dos  
541 Professores, Conselhos Estaduais de Educação, Ministério da Educação, Conselho Nacional de  
542 Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
543 (UNDIME), OAB, Fórum Nacional de Educação, Ministério Público, Fórum Nacional dos  
544 Conselheiros Tutelares, Defensoria Pública da União (DPU), CNJ e demais sindicados das  
545 categorias profissionais relacionados à educação. Retornando à apreciação da Nota Pública Alusiva  
546 aos 30 anos do ECA, os conselheiros discutiram sobre a inclusão do parágrafo tratando da garantia  
547 da democracia e diante os argumentos apresentados pela Conselheira Glicia Thaís Salmeron  
548 Miranda, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger retirou a sua proposta. Não havendo mais

549 nenhuma discussão, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em regime de votação a Nota  
550 Pública Alusiva aos 30 anos do ECA, a qual foi aprovada por unanimidade. Observou que as  
551 reuniões em dois turnos não estão sendo suficientes para trabalhar todos os itens da pauta, sugerindo  
552 apreciar após a finalização da pauta a possibilidade de realizar um dia inteiro de reunião ou  
553 acrescentar mais um dia para sanar essa questão. Seguindo, realizou a leitura da proposta de  
554 Manifestação do CONANDA em Apoio ao Projeto de Lei nº 3.668 de 2020, sobre garantias aos  
555 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no contexto de pandemia. Feitas  
556 algumas correções redacionais, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em regime de votação a  
557 proposta de manifestação, a qual foi aprovada por unanimidade. Ponderou que o relato da reunião  
558 da CDHAP pode se considerado aprovado uma vez que realizaram a aprovação de todos os itens  
559 abordados. Lembrou que a Sra. Rosângela Paulino informou que um dos seus colaboradores testou  
560 positivo para a COVID-19 e que foi denunciada em função de está colocando em risco a saúde das  
561 pessoas. Destacou que os conselheiros consideram importante que a proteção da saúde de todos os  
562 servidores que atuam na Secretaria-Executiva deve ser preservada através de todos os cuidados  
563 necessários. A Conselheira Petrucia de Melo Andrade esclareceu que existe um protocolo interno da  
564 Secretaria-Executiva, explicando que o colaborador estava afastado do trabalho quando foi  
565 contaminado. Passando para a apreciação da proposta de Recomendação sobre a Prorrogação da  
566 Validade dos Registros de Entidades nos Conselhos Municipais, realizou-se a sua leitura e os  
567 conselheiros efetuaram alterações consensuadas. A Presidente Iolete Ribeiro da Silva colocou em  
568 regime de votação a proposta de recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade. Lembrou que  
569 foi proposta a elaboração de uma recomendação em relação aos mandatos dos conselhos estaduais,  
570 porém, sugeriu que o texto seja mais bem analisado e seja apreciado na próxima plenária, o que foi  
571 aprovado. Salientou que é necessário deliberar sobre a sua sugestão de ampliar o tempo das  
572 assembleias do CONANDA que não estão sendo suficientes para apreciar todos os itens de pauta,  
573 ponderando que gostaria de ouvir a opiniões dos conselheiros referente à sua proposta de realizar  
574 dois dias inteiros de reunião ou de acrescentar mais um dia. Após os conselheiros externaram as  
575 suas posições, deliberou-se pela realização das reuniões em três dias. **ENCERRAMENTO:** Não  
576 havendo mais nenhum item a ser tratado, a Presidente Iolete Ribeiro da Silva agradeceu a presença  
577 de todos e encerrou a 287ª Reunião Ordinária do CONANDA.

578 **Iolete Ribeiro da Silva**

579 **Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA**

580

581

582

583

584

Julho de 2020